**Exm(a). Sr(a). Desembargador(a) Relator(a) da Sexta Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

**Processo: R3CURS0 - AGRAVO DE INSTRUMENTO – CÍVEL**

**[NOME]** (a parte “Autora” - Agravada), já devidamente qualificada nos autos do **Agravo de Instrumento** interposto por **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** (o “Réu” ou “ERJ”, o Agravante), vem, através dos seus advogados, à presença desse D. Juízo, com fundamento no artigo 1.015 e seguintes do Código de Processo Civil, apresentar suas

**CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE INSTRUMENTO**

pelos fundamentos que constam das razões adiante expostas.

Termos em que,

pede deferimento.

Niterói, 24 de janeiro de 2024.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Liz Werner**  **OAB/RJ 184.888** | **Thiago José Aguiar**  **OAB/RJ 213.181** | **Lucio Masullo**  **OAB/RJ 82.064** |

**EGRÉGIA CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Processo de origem: [VARA] da Comarca de xxxxxxx - Estado do Rio de Janeiro**

**Processo nº [PROCESSO]**

**Agravante: Estado do Rio de Janeiro**

**Agravada: [NOME]**

**EMINENTE RELATORA,**

**COLENDA CÂMARA CÍVEL,**

**A) DA TEMPESTIVIDADE**

A Agravada ainda não foi intimada para apresentação de contrarrazões. Sendo assim, restam tempestivas as contrarrazões apresentadas nesta data, conforme determina o art. 1019, inciso II, do Código de Processo Civil.

**B) BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

A presente demanda trata da liquidação da obrigação constante da decisão coletiva proferida nos autos da Ação Coletiva que tramita perante a 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Ação cuja parte autora foi o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro – SEPE, como substituto processual de todos os professores que se enquadram no objeto da ação, em face do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº.0138093-28.2006.8.19.0001).

A Ação coletiva trata da **Gratificação Nova Escola**, prevista no Decreto nº. 25.959/2000, do ano de 2002 que deveria ter sido paga no ano de 2003 e não foi. A Ação foi julgada procedente, determinando que o Estado procedesse com as avaliações e posteriormente com o pagamento das referias gratificações, *in verbis*:

“Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido, extinguindo o feito com julgamento de mérito na forma do artigo 269, inciso I do CPC, e determinando ao réu o cumprimento das avaliações das unidades escolares da rede estadual de ensino com pagamento da gratificação devida aos professores e relativas ao ano de 2002, com correção e juros de 6% ao ano e contados da citação. Honorários pela parte ré, no valor de R$ 400,00 na forma do artigo 20 §4º do CPC. Cumpra-se o duplo grau obrigatório”.

A Sentença transitou em julgado em 14/10/2011 e em decisão de 20/08/2019 foi determinada a necessidade de cada beneficiário entrar com execução individual **de livre distribuição**.

O cumprimento individual de sentença foi distribuído, o Estado foi intimado a se manifestar, apresentou impugnação e a Agravada apresentou resposta a impugnação.

O MM. Juízo, em decisão interlocutória afastou a preliminar de prescrição e acolheu em parte a impugnação apenas para ressalvar a incidência da contribuição previdenciária sobre a verba exequenda., *in verbis*:

"(...)  
Trata-se impugnação à execução de titulo judicial individual, advindo de sentença proferida nos autos da ação coletiva de nº 0138093-28.2006.8.19.0001, movida pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro em face do Estado do Rio de Janeiro, onde pretende a exequente a execução de seu crédito, advindo do não pagamento da gratificação denominada "Programa nova escola", referente ao ano de 2002, gratificação prevista no art. 3° do Decreto Estadual no 25.959/2000.

(...)

Não propera a alegação da prescrição da pretensão executória. Em verdade, o prazo prescricional, no caso, se conta a partir da data do trânsito em julgado da ação coletiva, momento no qual nasceu o direito da autora. Nesse sentido, fixou o Superior Tribunal de Justiça o entendimento consolidado no Tema 877, por ocasião do julgamento do REsp. 1.388.000/PR, firmando a seguinte tese: "O prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei n.8.078/90."

(...)

Portanto, em tendo o Sindicato, na ação coletiva, dado início à fase executória, restou interrompido o prazo prescricional, valendo salientar que aquela execução ainda não terminou.

(...)

Dessa forma, ante ao exposto, ACOLHO EM PARTE A IMPUGNAÇÃO oferecida pelo Estado do Rio de Janeiro, apenas para ressalvar a incidência da contribuição previdenciária sobre a verba exequenda. Tendo em vista a sucumbência mínima da parte autora, condeno o réu ao pagamento de honorários da impugnação, no valor equivalente a dez por cento da diferença por ele apontada. Venha, pela parte autora ,novo cálculo, de acordo com o teor desta decisão. Após, intime-se o réu para ciência. Em caso de concordância, oficie-se para expedição de requisição de pequeno valor."

**C) DAS RAZÕES DO RECURSO**

**C.1. – DA INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO**

A pretensão objeto do presente cumprimento, diferente do afirmado pelo Agravante, **não está prescrita** na ação coletiva, que ainda se encontra em fase de cumprimento de sentença, assim, não poderia tornar-se prescrita pelo simples fato de a credora ter optado por executar o seu crédito mediante execução individual.

Ainda, em decisão de ação similar, a Ilma. Desembargadora Maria Regina Fonseca Nova Alves, na apelação nº 0010146-75.2020.8.19.0073, estabeleceu o entendimento de que o marco inicial da prescrição da pretensão executória, que, de acordo com o entendimento firmado na tese 877 do STJ, iniciaria com o trânsito em julgado, foi interrompido, uma vez que o Sindicato, ao iniciar a fase executória, agindo como **substituto processual** em 2016, causou a interrupção do prazo prescricional. Nesse sentido:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. SINDICATO. EXECUÇÃO COLETIVA. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA A PRETENSÃO INDIVIDUAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. Inexiste contrariedade ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido fundamenta claramente seu posicionamento, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada. 2. **O ajuizamento da ação de execução coletiva pelo sindicato interrompe a contagem do prazo prescricional, que recomeça a correr pela metade a partir do último ato processual da causa interruptiva, resguardado o prazo mínimo de cinco anos. Precedente da Corte Especial**. 3. A demora para o início da execução, segundo a instância inferior, décor réu da inércia dos próprios exequentes. A afirmação de hipótese distinta demandaria o reexame do conjunto fático probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ. 4. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. (REsp 1240327/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/11/2019, DJe 22/11/2019).”.

Seguindo este entendimento, vem decidindo o TJRJ, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. GRATIFICAÇÃO NOVA ESCOLA. SENTENÇA QUE, DECLARANDO A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA, EXTINGUIU O FEITO COM A APRECIAÇÃO DO MÉRITO. RECURSO DA PARTE AUTORA.

- Considerando que a parte exequente formulou a sua pretensão executória com arrimo na sentença proferida na ação civil pública nº 0138093-28.2006.8.19.0001 (servidores da ativa), cumpre reconhecer a competência desta C. 15ª Câmara Cível para o julgamento do presente recurso.

- A jurisprudência do Eg. Supremo Tribunal Federal se consolidou no sentido de que os sindicatos, no ajuizamento de ações coletivas, figuram como legitimados extraordinários, defendendo, em nome próprio, direito alheio, e de determinada categoria (independente de lista de filiados).

- A Corte Constitucional também já se posicionou no sentido de que a mencionada legitimidade extraordinária é ampla, alcançando, também, a fase de execução.

- De acordo com o que restou decidido pelo C.STJ ao apreciar o Tema 877, "O prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei n. 8.078/90".

**- Na hipótese em julgamento, o sindicato, antes de consumada a fluência do prazo quinquenal, iniciou, na ação coletiva, a fase de cumprimento da sentença.**

**- Com efeito, o ajuizamento da ação de execução coletiva pelo sindicato é causa de interrupção da contagem do prazo prescricional, que recomeça a correr pela metade, a partir do último ato processual da causa interruptiva. Precedentes desta C. Câmara Cível e do C. STJ.**

**- Nesse contexto, não obstante a fluência do prazo prescricional tenha se iniciado com o trânsito em julgado da sentença proferida na ação coletiva (Tema 877), concluo que, atualmente, se encontra ela interrompida, até que seja praticado o último ato da causa interruptiva.**

**- Pretensão que não foi alcançada pela prescrição, de acordo com o entendimento do C. STF.**

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(0000099-22.2020.8.19.0015 - APELAÇÃO. Des(a). MARIA REGINA FONSECA NOVA ALVES - Julgamento: 31/08/2021 - DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL)

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. GRATIFICAÇÃO NOVA ESCOLA. SENTENÇA QUE REJEITOU A ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO SUSCITADA PELO ESTADO, FIXOU O VALOR DEVIDO E DETERMINOU A EXPEDIÇÃO DE RPV. RECURSO DO RÉU.

- Considerando que a parte exequente formulou a sua pretensão executória com arrimo na sentença proferida na ação civil pública nº 0138093-28.2006.8.19.0001 (servidores da ativa), cumpre reconhecer a competência desta C. 15ª Câmara Cível para o julgamento do presente recurso.

- A jurisprudência do Eg. Supremo Tribunal Federal se consolidou no sentido de que os sindicatos, no ajuizamento de ações coletivas, figuram como legitimados extraordinários, defendendo, em nome próprio, direito alheio, e de determinada categoria (independente de lista de filiados).

- A Corte Constitucional também já se posicionou no sentido de que a mencionada legitimidade extraordinária é ampla, alcançando, também, a fase de execução.

- De acordo com o que restou decidido pelo C.STJ ao apreciar o Tema 877, "O prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei n. 8.078/90".

- Na hipótese em julgamento, o sindicato, antes de consumada a fluência do prazo quinquenal, iniciou, na ação coletiva, a fase de cumprimento da sentença.

- Com efeito, o ajuizamento da ação de execução coletiva pelo sindicato é causa de interrupção da contagem do prazo prescricional, que recomeça a correr pela metade, a partir do último ato processual da causa interruptiva. Precedentes desta C. Câmara Cível e do C. STJ.

- Nesse contexto, não obstante a fluência do prazo prescricional tenha se iniciado com o trânsito em julgado da sentença proferida na ação coletiva (Tema 877), concluo que, atualmente, se encontra ela interrompida, até que seja praticado o último ato da causa interruptiva.

**- Pretensão que não foi alcançada pela prescrição, de acordo com o entendimento do C. STF.**

**- Diante da ausência de critério para a avaliação da gratificação devida no ano de 2002, este Eg Tribunal de Justiça já se manifestou pela utilização dos parâmetros do ano anterior (2001).**

**- No que tange ao termo inicial dos juros de mora, melhor sorte não socorre ao apelante. É preciso que seja observada a citação na ação coletiva, sob pena de suprimir do exequente individual direito que será assegurado àqueles que estão executando o julgado na ação coletiva. O valor a ser recebido pelo exequente individual não pode ser inferior ou superior ao que será recebido pelo credor que optou por satisfazer o seu crédito na ação coletiva.**

- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

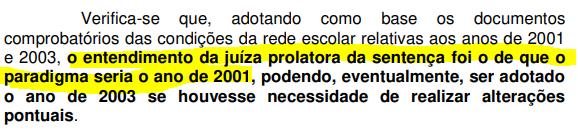
(0010597-03.2020.8.19.0073 - APELAÇÃO. Des(a). MARIA REGINA FONSECA NOVA ALVES - Julgamento: 08/02/2022 - DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL)

Diante do exposto, no caso em comento, a pretensão aqui tratada não foi alcançada pela prescrição, que foi interrompida com o início da execução na ação coletiva, ainda em trâmite.

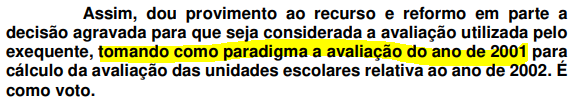
**C.2. – DOS CÁLCULOS**

O Agravante alega que deveria ser utilizada a avaliação do ano de 2003, que os juros deveriam ser contados da citação na presente Execução individual e, que os índices de correção monetária a serem aplicados no presente caso deveriam ser os índices do IPCA-E, a partir de cada vencimento.

Inicialmente, quanto ao ano que deve ser aplicado como paradigma, este não possui discussão, a sentença é clara e o Ilmo. Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo é claro nesse sentido ao relatar o Agravo de Instrumento nº 0007370-30.2020.8.19.0000, o ano que deve ser aplicado é o ano de 2001:



[...]



Quanto aos juros de mora, cabe ressaltar que a súmula mencionada pelo impugnante trata de benefício previdenciário, o que não é o caso em discussão. Quanto ao caso em comento, o Superior Tribunal de Justiça entende que o **termo inicial de contagem dos juros de mora ocorre na ação de conhecimento**. Neste sentido:

## Recurso repetitivo - Tema 685 - "Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor no processo de conhecimento da Ação Civil Pública quando esta se fundar em responsabilidade contratual, cujo inadimplemento já produza a mora, salvo a configuração da mora em momento anterior.”

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - EXECUÇÃO - JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA A AÇÃO COLETIVA - VALIDADE - PRETENSÃO A CONTAGEM DESDE A DATA DE CADA CITAÇÃO PARA CADA EXECUÇÃO INDIVIDUAL - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. 1. Admite-se, no sistema de julgamento de Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C, e Resolução STJ 08/98), a definição de tese uniforme, para casos idênticos, da mesma natureza, estabelecendo as mesmas consequências jurídicas, como ocorre relativamente à data de início da fluência de juros moratórios incidentes sobre indenização por perdas em Cadernetas de Poupança, em decorrência de Planos Econômicos. 2. A sentença de procedência da Ação Civil Pública de natureza condenatória, condenando o estabelecimento bancário depositário de Cadernetas de Poupança a indenizar perdas decorrentes de Planos Econômicos, estabelece os limites da obrigação, cujo cumprimento, relativamente a cada um dos titulares individuais das contas bancárias, visa tão-somente a adequar a condenação a idênticas situações jurídicas específicas, não interferindo, portando, na data de início da incidência de juros moratórios, que correm a partir da data da citação para a Ação Civil Pública. 3. Dispositivos legais que visam à facilitação da defesa de direitos individuais homogêneos, propiciada pelos instrumentos de tutela coletiva, inclusive assegurando a execução individual de condenação em Ação Coletiva, não podem ser interpretados em prejuízo da realização material desses direitos e, ainda, em detrimento da própria finalidade da Ação Coletiva, que é prescindir do ajuizamento individual, e contra a confiança na efetividade da Ação Civil Pública, O que levaria ao incentivo à opção pelo ajuizamento individual e pela judicialização multitudinária, que é de rigor evitar. Para fins de julgamento de Recurso Representativo de Controvérsia (CPC, art. 543-C, com a redação dada pela Lei 11.418, de 19.12.2006), declara-se consolidada a tese seguinte: "Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior." 4. Recurso Especial improvido.” (REsp 1370899/SP, Rel. Min. Sidnei Beneti, Segunda Seção, julgado em 21/05/2014, DJe 14/10/2014)”.

Por fim, quanto aos índices de correção monetária, já estão sendo aplicados no presente caso os índices do IPCA-E e SELIC, conforme planilha de cálculo judicial juntada às fls. dos autos originários, não havendo qualquer pretensão resistida.

1. **DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a Agravada requer à Vossa Excelência, Sra. Desembargadora Relatora da Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para que negue provimento ao Recurso de Agravo de Instrumento.

Niterói, 24 de janeiro de 2024.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Liz Werner**  **OAB/RJ 184.888** | **Thiago José Aguiar**  **OAB/RJ 213.181** | **Lucio Masullo**  **OAB/RJ 82.064** |

|  |
| --- |
|  |
|  |